

## **ÁREA TEMÁTICA: Abordagens Técnicas de Gestão Ambiental**

**Passivo Ambiental: um estudo de caso da associação entre o relatório de impactos ambientais e as demonstrações financeiras na Cemig**

**Environmental Liabilities: a case study of the association between the environmental impact report and the financial statements of Cemig**

**Marise Santana de Rezende**  
**Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**  
**marise\_rezende@cont.ufu.br**

**Ilírio José Rech**  
**Doutor em Contabilidade e Controladoria - FEA/USP**  
**Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**  
**ilirio@facic.ufu.br**

### **RESUMO**

Para as empresas que exploram as atividades licenciadas o EIA/RIMA é uma ferramenta gerencial participativa que apresenta um conjunto de ações a serem executadas para reduzir os impactos ambientais ou mitigar seus efeitos tendo relação direta com a situação econômica e patrimonial das empresas. Neste sentido, o presente estudo objetiva analisar a associação entre o EIA/RIMA e as demonstrações financeiras de uma empresa que explora a atividade de geração e transmissão de energia elétrica. Para alcançar este objetivo adotou-se a metodologia de estudo de caso. Para desenvolver o estudo de caso foi realizada uma busca na rede mundial de computadores para localizar os EIA/RIMA que estivessem relacionados à empresa. Foram encontrados dois relatórios, porém, apenas um foi utilizado para a análise. A análise foi realizada usando o EIA/RIMA da LT de Montes Claros e as demonstrações financeiras da Cemig publicadas em 2012. Do ponto de vista teórico é possível identificar a associação entre o EIA/RIMA e as demonstrações financeiras. Porém, na prática da empresa não foi possível identificar nenhuma associação nas informações financeiras apresentadas com o EIA/RIMA do projeto analisado, nem de outros, pois não há nenhuma informação sobre os EIA/RIMA que a empresa está envolvida.

**Palavras-chave:** Estudo de impacto ambiental; Evidenciação Ambiental; Passivo Ambiental.

### **ABSTRACT**

For companies that exploit the licensed activities EIA/RIMA is a participatory management tool that provides a set of actions to take to reduce environmental impacts or mitigate their effects having a direct relationship with the economic situation and property companies. In this sense, the present study aimed to analyze the association between EIA/RIMA and the financial statements of a company that exploits the activity of generation and transmission of electricity. To achieve this goal we adopted the methodology of case study. To develop the case study was carried out a search in the world wide web to locate the EIA/RIMA that were related to the company. There were two reports, however, only one was used for analysis. The analysis was performed using the EIA/RIMA LT Montes Claros and the financial statements of Cemig published in 2012. From the theoretical point of view it is possible to identify the association between the EIA/RIMA and the financial statements. However, in practice the company has not been possible to identify any financial information presented in association with the EIA/RIMA that analyzed project or other, for there is no information on the EIA/RIMA that the company is involved.

**Keywords:** Environmental impact study; Environmental Disclosure; Environmental Liabilities.

## 1. Introdução

O Brasil, cuja participação de fontes renováveis de produção de eletricidade na matriz elétrica é de aproximadamente 44% (a média mundial é de 13,3%) tem entre as principais fontes de energia renováveis a biomassa de cana de açúcar (15,7%) e hidráulica (14,7%). Mesmo apresentando índices de uso de energias renováveis melhores que a média mundial, o Brasil possui desde os anos 80 do Século XX legislação que rege os cuidados e a preocupação com o meio ambiente. Inicialmente destaca-se a Lei nº 6.938/81 que define a política nacional de meio ambiente e a Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que estabelece a necessidade de estudos de impactos ambientais para os projetos que envolvem a exploração de recursos naturais.

Do ponto de vista regulamentar a Resolução nº 001/86 estabelece as definições, responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Essa Resolução determina que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esse estudo e respectivo relatório servem de instrumento de convencimento técnico, social e político da possibilidade de realização da exploração de recursos naturais e dos efeitos que esse provocará na comunidade local e no meio ambiente.

Uma das condições para a execução da atividade licenciada é a aprovação do EIA/RIMA pelo órgão estadual responsável, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ou quando couber pelo órgão municipal. Para a aprovação do RIMA o órgão responsável pode colocar o estudo em discussão pública por meio de audiências públicas de livre acesso a qualquer interessado, além de que o EIA/RIMA é acessível ao público permitindo, inclusive, comentários de qualquer interessado, seja órgão público, organizações civis ou pessoa física. Essa publicidade confere ao EIA/RIMA maior credibilidade quanto aos efeitos ao meio ambiente, bem como as ações dos responsáveis pelo projeto.

Entre as atividades destacadas pela Resolução nº 001/86 que dependem da elaboração do estudo de impacto ambiental e do seu respectivo relatório estão as atividades relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica tais como a construção de linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV, obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como barragem para fins hidrelétricos acima de 10MW e usinas de geração de eletricidade.

Segundo Jay et al (2007) o EIA é uma ferramenta gerencial participativa, que antecipa o processo de planejamento do desenvolvimento sustentável. O autor atribui essa característica ao EIA/RIMA tendo em vista que a consulta pública e participação da sociedade é essencial para a avaliação dos impactos ambientais.

Para as empresas que exploram as atividades licenciadas o EIA/RIMA torna-se um conjunto de ações a serem executadas para reduzir os impactos ambientais ou mitigar seus efeitos. Essas ações quando não executadas ou executadas em desacordo com o esperado podem se tornar origem de obrigações que venham a exigir, no futuro, a saída de recursos econômico-financeiros das entidades e caracterizarem-se como passivos.

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro “uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou de desempenhar uma dada tarefa de certa maneira”. A Estrutura também destaca que as obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de contrato ou surgir de práticas usuais do negócio, de usos e costumes e do desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa.

Neste sentido, observa-se que, da associação dos conceitos de passivos e das informações existentes no EIA/RIMA do licenciamento de um projeto seria possível identificar passivos formalizados ou não formalizados de responsabilidade das empresas que exploram as atividades relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica.

Com base nessa associação esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Como se dá a associação entre os relatórios financeiros e os impactos ambientais destacados no EIA/RIMA? Para isso, tem-se como objetivo deste estudo analisar a associação entre o EIA/RIMA e as demonstrações financeiras de uma empresa que explora a atividade de geração e transmissão de energia elétrica.

Para alcançar este objetivo será realizado um estudo de caso com base nos EIA/RIMAs e demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. O estudo será realizado com base nas demonstrações financeiras referentes ao período contábil de 2011 publicadas em 2012. Os EIA/RIMAs usados como referencia foram os disponibilizados na rede mundial de computadores no ano de 2012 e que estão relacionados a linhas de transmissão, barragens e usinas de geração de eletricidade da Cemig.

A relevância deste estudo está na contribuição para a discussão dos passivos ambientais e o uso dos relatórios de impactos ambientais como fonte de informações para verificar a existência ou não de passivos não reconhecidos ou não evidenciados adequadamente, afetando a completude das informações financeiras prestadas pelas empresas de geração e transmissão de energia elétrica. Este estudo também contribui para o aprofundamento sobre o assunto ainda incipiente no ambiente contábil, contribuindo para aprimoramento das práticas contábeis aplicadas nesse setor tendo por base os conceitos da representação fidedigna.

O trabalho está estruturado em quatro seções além dessa. Na segunda seção é apresentado um breve referencial teórico, com o objetivo de fornecer a base conceitual necessária para o estudo. Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Na quarta seção apresenta-se a análise e discussão da situação abordada. E por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

## **2. Referencial Teórico**

O ano de 2012 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos”. Segundo os dados da ONU mais de três bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento dependem de fontes poluidoras de geração de energia como a biomassa e do carvão mineral e mais de um bilhão e meio ainda vivem sem eletricidade.

A geração de energia elétrica, como uma das formas de energia de maior uso pelo homem, com menor consumo de recursos, sempre foi um desafio para a humanidade. Atualmente este desafio vem se tornando questão de sobrevivência, como destaca o relatório de 2011 do PNUMA (PNUMA 2011), que prevê que o consumo mundial de recursos naturais pode triplicar até 2050 e causar um catastrófico impacto sobre o meio ambiente. Do ponto de vista energético como ressalta o estudo do PNUMA é necessário fazer mais, e melhor com menos, para alcançar níveis sustentáveis de consumo dos recursos naturais.

Aumentar o acesso à energia limpa a preços acessíveis é fundamental para superar essa carência energética bem como alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, tendo em vista que, em todo o mundo, a energia elétrica é sinônima de desenvolvimento econômico. Para alcançar esse desenvolvimento uma das alternativas amplamente usadas por países desenvolvidos era a geração de energia baseada em fontes nucleares.

Contudo, os recentes acidentes na área de geração de energia elétrica de fontes nucleares colocaram em xeque essa estratégia e fez com que aumentasse a busca por fontes alternativas de energia e o uso de potenciais hídricos como forma de reduzir o uso de reações nucleares para a geração de energia. O uso de potenciais hídricos, apesar de ser considerada uma fonte de energia renovável, também pode causar graves problemas às populações ribeirinhas e ao meio ambiente em função da devastação de grandes áreas para a formação de lagos e construção de centrais hidrelétricas.

Os problemas provocados pela geração de energia hidroelétrica, bem como a necessidade de preservação e recuperação do meio ambiente afetado pode provocar substanciais impactos nos resultados financeiros das empresas que exploram essas atividades. Com isso, as possíveis perdas contingências relacionadas à exploração da atividade, em muitos casos ocultas nas demonstrações financeiras, podem afetar significativamente a decisão dos usuários das demonstrações financeiras.

No Brasil, como na maioria dos países, ainda não existe a obrigatoriedade da divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente nos relatórios financeiros. Na tentativa de suprir a necessidade de informações do uso e consumo de recursos ambientais organismos normatizadores da contabilidade brasileira emitiram recomendações sobre esta divulgação nas demonstrações financeiras, como é o caso da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) no âmbito nacional, e o *Global Reporting Initiative* (GRI) no âmbito internacional.

Essas recomendações passaram a fazer parte da chamada Contabilidade Sócio-Ambiental como uma linha de pesquisa que tem se destacado desde o início da década de 1990, época em que foram publicados os primeiros trabalhos com foco na evidenciação de informações sociais e ambientais (TINOCO, 1984; RIBEIRO, 1992).

A Contabilidade, como ferramenta de suporte a tomada de decisões econômicas e financeiras, tem procurado contribuir também no que se refere às questões socioambientais. Além do registro dos dados econômicos e financeiros, a parte ambiental da contabilidade assegura que todos os custos, ativos e passivos ambientais, sejam reconhecidos e mensurados de acordo com os conceitos predominantes de mensuração e reconhecimento ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas.

De especial interesse nesse processo de reconhecimento e mensuração estão àqueles impactos cuja reparação é de responsabilidade da empresa criando obrigações que demandam a saída futura de recursos da empresa e que nem sempre estão reconhecidos na contabilidade, tendo em vista não existir, no momento presente, a obrigação legal de sua reparação.

A adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) como base para a convergência internacional da contabilidade consolidou, no Brasil, o conceito da primazia da essência sobre a forma através da característica qualitativa fundamental da contabilidade de representação fidedigna. Esta consolidação assegurou a desvinculação da contabilidade para fins tributários da contabilidade para fins societários fazendo com que tal conceito passe a ocupar lugar de destaque na preparação das demonstrações financeiras.

Esta exigência foi determinada pelo CPC ao editar o Pronunciamento Técnico – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que adota os mesmos conceitos da *International Accounting Standards* – IAS 37 que define que não são apenas as obrigações formais que fazem surgir passivos, uma vez que estes podem surgir também de obrigações não formalizadas.

Como consequência, no campo dos passivos ambientais, estes devem ser reconhecidos ainda que não legitimados do ponto de vista legal e por isso a importância de se verificar a associação das

demonstrações financeiras com os RIMAs no sentido de identificar a existência de informações que possam caracterizar passivos não formalizados.

### **2.1. Contabilidade Ambiental**

A Contabilidade é classificada como ciência social aplicada, haja vista que é influenciada por mudanças nos campos político, econômico e cultural. Iudícibus (2000) considera que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos seus usuários, internos e externos, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários independentemente de sua natureza.

A amplitude de usuários das informações financeiras elaboradas sob os conceitos das normas editadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a nível internacional, e, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a nível local também abrange um conjunto amplo de usuários. Porém, as normas editadas por estes organismos são direcionadas para os usuários das informações financeiras que não possuem poder de demandar diretamente informações das empresas.

Para atender as demandas específicas sobre informações relacionadas ao consumo de recursos naturais das empresas que contabilizem e divulguem as informações ambientais, surgiu então, o ramo da Contabilidade Ambiental. Segundo Ribeiro (2006) a contabilidade ambiental é uma segmentação da contabilidade tradicional. Dentro de um contexto corporativo tem por objetivo identificar, mensurar e esclarecer eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Teixeira (2000, p. 3) afirma que “a contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo”.

Porém, Ribeiro (2009a) afirma que “apesar da forte ascensão das práticas de evidenciação ambiental nas últimas décadas, ainda existem muitas críticas sobre a sua forma e, principalmente, sobre o conteúdo ambiental que é divulgado nos relatórios corporativos”. O mesmo autor destaca que as principais falhas encontradas dizem respeito à falta de uniformidade, profundidade, objetividade, continuidade e credibilidade das informações ambientais divulgadas no meio corporativo.

Pelo fato de lidar com questões de amplo interesse da sociedade, a contabilidade ambiental deve despertar maior atenção dos gestores. Atualmente, seu desafio consiste em corrigir as falhas acima destacadas e incorporar os aspectos econômicos e financeiros dos impactos no meio ambiente.

### **2.2. Passivo Ambiental**

Contabilmente passivo ambiental pode ser entendido como as obrigações que as empresas têm em decorrência da sua responsabilidade diante dos aspectos ambientais. Ribeiro (2010, p.75 e 76) conceitua passivo ambiental referindo-se

aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

De acordo com Antunes (2000, p. 07):

O passivo ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Normalmente, o surgimento dos passivos ambientais dá-se pelo uso de uma área, lago, rio, mar e uma série de espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar, e de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixo industriais de difícil eliminação (KRAEMER, 2002).

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1996, p. 02) - dispõe que Passivos Ambientais podem ser conceituados como “[...] toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial [...]”.

As alterações na Estrutura Conceitual Básica originadas do processo de convergência internacional inseriram novos conceitos e definições dos principais elementos das demonstrações financeiras o que fizeram com que fossem ampliadas as definições de passivo. Além disso, os novos conceitos também inseriram novas condições para a evidenciação e mensuração do passivo ambiental.

#### **2.2.1. Passivo Ambiental no conceito da Estrutura Conceitual Básica**

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00, 2011, p. 26) “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Um item que se enquadre na definição de passivo deve ser reconhecido se:

- (a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- (b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. (CPC 00, 2011, p. 33)

Assim, uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente resultado de transações ou eventos passados. Confrontando esta característica com os impactos ambientais apresentados no RIMA, caso a entidade decida realizar o projeto, toda alteração no meio ambiente que seja destacado no RIMA, pode se tornar um passivo ambiental.

Para que isso ocorra basta a entidade realizar as obras, caracterizando assim a obrigação presente resultado do evento passado que é a “realização do projeto” descrito no RIMA e seus efeitos sobre o meio ambiente. Ao realizar o projeto surge o evento que se enquadra no conceito de passivo, uma vez que surge a obrigação de reparar o meio ambiente, que é provável a saída de recursos detentores de benefícios econômicos e que estes venham a ser exigidos em liquidação de obrigação presente, que pode ser a restauração/preservação do meio ambiente degradado.

Mas, para que esse passivo seja objeto de inclusão nas demonstrações financeiras, processo de reconhecimento, ele deve ser mensurável com confiabilidade. Neste aspecto, verifica-se que nem todos os impactos ambientais apresentados no RIMA têm as condições de serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, pois muitas vezes carecem de condições gerais para a sua mensuração. Com base neste argumento muitas empresas deixam de reconhecer muitos passivos ambientais.

Para contrapor este argumento podemos usar as afirmações de Hubbard (2007, p. 21) que define que o processo de mensuração é um conjunto de observações que reduzem a margem de erro quando o resultado é expresso em quantidades. O mesmo autor afirma que todas as coisas são mensuráveis. A mera redução da margem de erro, não sendo necessária a eliminação, é suficiente para justificar a mensuração.

De acordo com Bierman (1963, p. 502) uma medida exata, verdadeira, não existe. Apenas há a probabilidade de uma medida coincidir com o estado real da natureza, sendo mais acertado atribuir valores em termos de distribuição de probabilidades da mensuração. Em se tratando de probabilidades, diz-se que uma medida qualquer é mais exata que a outra quando a diferença entre a estimativa e a realidade, de alguma forma, pode ser minimizada.

Em se tratando dos impactos apresentados no RIMA como fatores geradores de obrigações, se estes podem ser previstos, ainda que com alguma margem de erro maior ou menor será possível apresentar as estimativas da distribuição das probabilidades de que o valor do passivo seja “x” ou “y” com a margem de erro de “z”, o que de alguma forma será útil ao usuário das informações financeiras.

### **2.2.2. Provisão e Contingências por Danos Ambientais**

Provisão, segundo o Pronunciamento Técnico – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009), é um passivo de prazo ou de valor incertos. As provisões podem ser distintas de outros passivos porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Já o Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. (CPC 25, 2009, p. 5)

Este Pronunciamento Técnico distingue entre: (a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (b) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

- (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Quanto ao reconhecimento, o CPC 25 (2009) dispõe que uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. E o pronunciamento é bem claro, afirmando que se as condições estabelecidas não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Diferentemente da provisão, a entidade não deve reconhecer em suas demonstrações financeiras um passivo contingente, ela deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável: (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52 do CPC 25; (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e (c) a possibilidade de qualquer reembolso. Essa divulgação deve ser feita nas notas explicativas a menos

que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. (CPC 25, 2009)

Verifica-se que no caso das provisões e contingências a própria norma “tolera” o erro, uma vez que a característica principal destes elementos é a incerteza. Contudo, como já destacada acima, isso não é impedimento para que as informações relacionadas a esses elementos sejam apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras.

### **2.3. Legislação Ambiental como fonte geradora de passivos ambientais**

No Brasil, a legislação ambiental, apesar de recente, veja-se a lei de crimes ambientais que é do ano de 1998, pode ser considerada compatível com a existente nos países mais avançados nesta área. (RIBEIRO, 1992). Contudo, antes da aprovação da lei dos Crimes Ambientais, já havia sido aprovado a Política Nacional do Meio Ambiente, sancionada pela Lei nº 6.938/81 que tem maior relação com nosso estudo. Esta lei estabeleceu a obrigatoriedade de realização do EIA para projetos que envolvam atividades consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes de causar degradação ambiental.

Como consequência do EIA, todo projeto deve possuir um Relatório de Impacto Ambiental – RIMA que deve atender as diretrizes gerais da Resolução nº 001/86 além das diretrizes adicionais que possam vir a ser estabelecidas pelo órgão estadual competente, pelo IBAMA ou, no que couber ao Município em função das peculiaridades do projeto e características ambientais da área objeto do projeto.

A Resolução destaca que o RIMA deve conter uma série de atividades técnicas. Para nosso estudo cabe destacar que entre essas atividades está a discriminação dos impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; a distribuição dos ônus e benefícios sociais. Além disso, o estudo deve definir as medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

Assim, ao participar da discussão da implantação de um projeto, as empresas têm condições de avaliar econômica e financeiramente, os passivos ambientais em que elas estarão incorrendo ou que poderão vir a incorrer caso o projeto objeto do estudo venha a ser realizado.

É neste ponto que se pode identificar a relação entre o RIMA e os relatórios contábeis. Uma das exigências do RIMA é a apresentação e análise de todos os eventos que possam impactar o meio ambiente. Assim, os eventos que preveem a saída de recursos futuros para preservar/recuperar o meio ambiente ou mitigar os efeitos da implantação de um projeto podem ser caracterizados de passivos, uma vez que eles são resultado da implantação do projeto e com isso atendem o conceito de passivo na maioria dos casos.

Toma-se, por exemplo, o RIMA que descreve a necessidade de reflorestamento de uma área de árvores nobres como o cedro, araucária, castanheiras, etc. que fora afetada pela construção de uma barragem para a operação de uma central hidrelétrica. Se o prazo concedido para a empresa realizar o reflorestamento exceder o período contábil e seus custos forem estimados verifica-se que estarão presentes, neste exemplo, todas as exigências descritas pela norma para se reconhecer um passivo.

Destaca-se que independe da imposição de uma ação civil ou de a empresa se manifestar publicamente (condição usualmente descrita para caracterizar um passivo não formalizado) para estar caracterizado um passivo. Neste caso o simples fato de a empresa reconhecer o teor do RIMA ao aceitar realizar o projeto, o que pode ser inclusive em audiência pública, pode ser elemento suficiente para caracterizar um passivo não formalizado.

#### **2.4. A Evidenciação Ambiental nas Demonstrações Financeiras**

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade aprovada pelo *International Accounting Standards Board* em 2011 o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras relacionado aos eventos e transações que afetam a situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Devido às exigências do mercado, as empresas vêm-se compelidas à evidenciar, juntamente com as informações contábil-financeiras, as informações relacionadas à sua responsabilidade social e ambiental. O que acontece é que muitas vezes, por falta de elementos suficientes para assegurar a confiabilidade das informações apresentadas, as empresas não fazem uso das demonstrações contábeis para apresentar o seu comprometimento com o meio ambiente.

Mesmo que não seja possível a evidenciação das informações ambientais nas próprias demonstrações contábeis, é papel da contabilidade contribuir para que essas informações, quando disponibilizadas em outros relatórios, possam ser úteis para complementar as informações contábil-financeiras e formar um conjunto completo e integrado de informações úteis no processo decisório dos usuários.

Deste modo, a Contabilidade como principal sistema de informação de uma organização, não pode ignorar essa realidade e ficar à margem das preocupações ambientais que envolvem toda a sociedade. Assim deve evidenciar os eventos econômicos relacionados aos aspectos ambientais que causam modificações na situação econômica da empresa, cumprindo a sua função de subsidiar e orientar a tomada de decisões eficientes em todos os aspectos.

Além disso, incluir novas formas de registro e divulgação dessas atividades torna-se uma característica importante para a credibilidade da contabilidade em um mundo mais consciente das questões ambientais e mais comprometido em alcançar uma relação de maior harmonia entre os mundos humanos e naturais.

De acordo com Hopwood (2009) embora as primeiras iniciativas na área de evidenciação ambiental tenham alcançado muito pouco, contribuindo, inclusive, para certo grau de legitimidade corporativa que protegia/ocultava o que realmente estava acontecendo, já há alguns sinais de pressões para abordagens mais amplas e transparentes.

Os conflitos entre a abordagem tradicional da contabilidade e a abordagem abrangente começaram a ser reconhecidos. Veja-se por, por exemplo, a obrigatoriedade das empresas do setor elétrico brasileiro (desde 2002) de divulgar seus balanços sociais. De acordo com Freedman e Stagliano (2008) comparado a outros setores, as empresas de energia enfrentam normas ambientais mais rigorosas. Apesar disso, os mesmos autores destacam que nos EUA as informações prestadas pelas empresas em relação aos gastos ambientais são inconsistentes e limitadas, o que sugere serem inadequadas devido a ausência de diretrizes para essas empresas prestarem suas informações.

Pesquisa realizada por Adidjaja e Morhardt (2010) com as 45 maiores empresas de eletricidade dos EUA revelou que as empresas têm menor evidenciação dos gastos com investimentos nos relatórios 10-K do que nos relatórios de sustentabilidade. Das 45 empresas analisadas, 53% informaram gastos futuros, 13% informaram gastos passados e 31% reportam os gastos incorridos no ano fiscal corrente. O número de empresas que apresentou informações relacionadas aos gastos tanto no passado, como no presente e no futuro, o que sugere a possibilidade de maior compreensão pelo usuário foi insignificante (menos de 1%).

Em 2008 o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) apresentou proposta de revisão da norma que trata de contingências e evidenciação de certas perdas contingenciais (*Contingencies (Topic 450), Disclosure of Certain Loss Contingencies*). O objetivo da proposta é ampliar as exigências de evidenciação para ajudar os investidores a entender melhor a natureza, a magnitude potencial e o momento das perdas contingenciais para fazer suas próprias avaliações sobre os resultados possíveis das perdas. De acordo com o objetivo da proposta as empresas devem prestar informações quantitativas que ajudem os usuários das demonstrações financeiras fazer suas próprias avaliações do valor de qualquer perda em potencial.

Do ponto de vista da divulgação de informações ambientais Cho et al (2010) analisaram três possíveis explicações para que algumas empresas optem por divulgar seus gastos ambientais e outras não: a) materialidade dos gastos; b) a teoria da divulgação voluntária, e; c) a teoria da legitimação.

De acordo com a teoria da materialidade as empresas estariam mais dispostas a divulgar informações se os gastos forem considerados materiais, uma vez que as normas de contabilidade assim o recomendam.

A teoria da divulgação voluntária (Verrecchia, 1983; Dye, 1985) prevê uma associação positiva entre o desempenho ambiental e a extensão das divulgações ambientais. Fundamenta-se na ideia de que um desempenho ambiental superior transmitirá o perfil da empresa apontando para indicadores de desempenho ambiental que são difíceis de imitar por outras empresas. Empresas com indicadores inferiores vão optar por divulgar ou omitir o seu desempenho ambiental, sendo assim colocados em um conjunto de empresas em que os investidores e outros usuários atribuem um perfil de baixo desempenho.

Em estudo realizado com 191 empresas dos cinco setores mais poluentes dos EUA Clarkson et al (2008) encontraram associação positiva entre o desempenho ambiental e a extensão das divulgações ambientais discricionárias o que é consistente com as previsões da teoria da divulgação voluntária.

Em relação à teoria de legitimação (Cho e Patten, 2007), esta afirma que as empresas utilizam a divulgação como uma ferramenta para reduzir a exposição destas no ambiente sócio político. Os resultados encontrados por Cho et al (2010) indicam que, para empresas da amostra, a divulgação dos gastos ambientais está associada a um desempenho ambiental pior e, portanto, é consistente com a teoria de legitimação, o que indica que as empresas divulgam suas informações para evitar maior pressão por parte do governo e da sociedade.

Ribeiro (2009b) destaca que a questão da obrigatoriedade ou não da divulgação de informações ambientais, evitando assim que essas informações atendam a interesses dos gestores ou sirvam apenas para legitimar as ações das empresas é um assunto muito discutido sem um consenso a respeito. A pesquisa realizada pelo autor demonstrou que a evidenciação ambiental obrigatória é positiva, com algumas ressalvas. As informações ambientais obrigatórias se mostram mais coerentes, objetivas e uniformes com o padrão regulatório de cada país se comparadas com as informações voluntárias. Porém essas informações têm foco na conformidade seguindo as exigências regulatórias o que perde em nível de evidenciação.

Independente da teoria predominante e os fatores que levam as empresas a evidenciar com maior ou menor profundidade é importante observar que as informações contábil-financeiras contidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00, 2011), não apenas tem que representar um fenômeno relevante, mas também tem que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar, fazendo com que a realidade retratada seja representada de forma completa, neutra e livre de erros.

E para que isso ocorra, o retrato da realidade econômica da organização deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Assim, a determinação econômica dos passivos relacionados à exploração do meio ambiente deve ser reconhecida ainda que não legitimados do ponto de vista legal como determinam os conceitos predominantes das normas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, em vigência a partir da edição da Lei nº 11.638/07.

Porém, antes mesmo da aprovação da Lei nº 11.38/07 o Brasil já possuía normas contábeis que recomendavam a divulgação de informações ambientais dentro dos relatórios contábeis seguindo os conceitos de representação com fidedignidade, como é o caso da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 (NBC T 15).

Destaca-se que apesar de existir normatização descrevendo as informações que as empresas devem divulgar, pesquisa realizada por Freitas et al (2012) nas revistas das instituições de ensino que possuem cursos de doutorado revelou que o volume de artigos com essa temática nestas revistas ainda é pouco. Entre as publicações encontradas pelos autores destacam-se a aplicabilidade e evidencição dos fatores ambientais.

Um dos fatores motivadores para o baixo volume de produção científica na área é a falta de dados e a uniformidade destes para que possam ser usados nas pesquisas. Como sugere Ribeiro (2009b) uma opção para acabar com esse vazio de divulgação de informações ambientais é torná-las obrigatórias. Porém, como destaca o autor se esse processo não for conduzido com regulamentos específicos, com mecanismos punitivos e fiscalizadores eficientes pode não ser eficaz e, em consequência, aumentar o custo das empresas.

### **3. Metodologia**

A conversão das ideias e soluções dos problemas decodificados em signos que possam ser interpretados pela maioria dos interessados é o objetivo principal de uma pesquisa científica. O conjunto de procedimentos, sistematizados pelo pesquisador no processo de transformação da ideia, denomina-se metodologia. Por metodologia pode-se entender os passos ou procedimentos que serão seguidos pelo autor com o objetivo de obter os resultados que servem de suporte para as conclusões do estudo.

De acordo com Theóphilo e Martins (2009, p. 54) a pesquisa bibliográfica “trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica [...] ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando a plataforma teórica do estudo”. Neste caso, nos estudos que envolvem mais de uma abordagem metodológica cuja pesquisa bibliográfica torne-se apenas uma estratégia para o alcance dos objetivos é interessante verificar o enquadramento da pesquisa nas demais abordagens.

Assim, a pesquisa classifica-se quanto: ao objetivo, ao procedimento, ao método de abordagem e à técnica de coleta de dados. Gil (2009) explica que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. É usual nas pesquisas a classificação com base em seus objetivos gerais. Para Beuren (2009), a necessidade de delineamento da pesquisa, quanto aos objetivos estabelecidos no trabalho, classificam-nas em: pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

Gil (2009, p. 41) destaca que a pesquisa exploratória “têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista de torná-lo mais explícito”. Beuren (2009, p. 80) afirma que esta tipologia de pesquisa é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, normalmente ocorrendo quando há pouco conhecimento sobre o assunto. Neste

sentido, a presente pesquisa se enquadra dentro dessa abordagem, haja vista, a proposta de formular questões de pesquisa e estruturar o assunto relacionando as informações ambientais existentes nas demonstrações financeiras das empresas e as informações existentes no RIMA dos projetos desenvolvidos por estas.

Para realizar uma pesquisa exploratória é necessário estabelecer uma estratégia de desenvolvimento da pesquisa. Yin (2001) afirma que o tipo de questão de pesquisa, a extensão de controle do pesquisador sobre os eventos e o enfoque em acontecimentos históricos ou contemporâneos são condições que definem a estratégia a ser utilizada. De acordo com Yin (2001, p. 18), os estudos que envolvem questões de pesquisa do tipo “como” podem ser respondidas usando como estratégia de pesquisa o estudo de caso, estratégia esta, preferida “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Neste caso, considerando que a presente pesquisa envolve o estudo da associação entre informações ambientais presente nos EIA/RIMA e nas demonstrações financeiras voltados para identificar a existência de elementos que caracterizam evidências de passivos ambientais formalizados ou não, verifica-se que este é o enquadramento que melhor exprime a estratégia adotada.

Para desenvolver o presente estudo de caso, serão analisados os relatórios financeiros da CEMIG e os EIA/RIMA dos projetos de obras de empresa. Inicialmente o objeto de estudo estava voltado para os EIA/RIMAs arquivados junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Contudo neste momento inicial da pesquisa tornou-se inviável uma vez que os relatórios estão arquivados nas diversas secretarias do órgão espalhadas pelos municípios mineiros que a empresa desenvolve os projetos. Com isso para esta fase da pesquisa optou-se por usar os EIA/RIMA divulgados na rede mundial de computadores. A busca foi realizada usando o buscador Google, tendo como palavras de busca “EIA/RIMA Cemig” com aspas e sem aspas.

A busca inicialmente encontrou dois projetos, sendo que um é da usina de Belo Monte que se encontra em desenvolvimento e outro da LT Montes Claros. Tendo em vista que o EIA/RIMA da usina de Belo Monte está em fase de desenvolvimento do projeto o que reduz a possível associação dos impactos ambientais desse projeto com as demonstrações financeiras optou-se por analisar apenas o EIA/RIMA da LT Montes Claros.

#### **4. Análise e Discussão**

Os estudos realizados para a avaliação dos possíveis impactos ambientais decorrentes das obras de instalação da Linha de Transmissão Montes Claros serão apresentados no decorrer deste estudo. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) elaborado para o caso mencionado é utilizado como um meio para a análise, partindo da premissa de que o EIA/RIMA deverá ser capaz de fornecer todas as informações necessárias.

Os estudos feitos para a instalação da LT Montes Claros foram os escolhidos para servirem de dados modeladores ao estudo de caso devido às informações apresentadas no EIA/RIMA. As principais conclusões apresentadas por este relatório, no que se refere aos impactos ambientais, também serão apresentadas.

As Linhas de Transmissão de Energia são empreendimentos, por natureza, de interesse social e utilidade pública. Tais obras são vistas como de suma importância para o bem estar social e desenvolvimento econômico do país. O empreendimento em questão refere-se à instalação da Linha de Transmissão Montes Claros, que liga a SE Pirapora II a SE Montes Claros II, com 151 km de extensão, todos no Estado de Minas Gerais.

A LT Montes Claros intercepta seis municípios, sendo eles, Montes Claros, São João da Lagoa, Claro dos Poções, Jequitaiá, Várzea da Palma e Pirapora, todos no estado de Minas Gerais. Com extensão de 151 km, essa LT irá promover o fechamento do anel em 345 kV entre as Subestações Pirapora 2 - Várzea da Palma 1- Montes Claros 2, resultando na melhoria da confiabilidade e segurança do atendimento ao mercado regional, em situação normal e em emergências.

A Linha de Transmissão Montes Claros está inserida na zona de distribuição do bioma do Cerrado. A área diretamente afetada pela LT ocupará aproximadamente 754 hectares, sendo que destes 61% (467 hectares) são cobertos com vegetação natural. Como a intervenção direta acontece na faixa de 4m e nas torres, a área que sofrerá corte da vegetação corresponderá em média a 46ha (6% da área afetada).

O EIA/RIMA do empreendimento estudado, trouxe a descrição dos prováveis impactos ambientais das atividades ligadas a LT, considerando o projeto, suas alternativas, o tempo de incidência dos impactos indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação. Nele foram identificados 18 potenciais impactos ambientais positivos e negativos.

Considerando a distribuição dessas ocorrências por meio (físico, biótico e socioeconômico), observa-se um predomínio dos impactos negativos nos dois primeiros, enquanto o meio socioeconômico apresenta uma repartição mais equitativa. A seguir a Tabela 1 apresenta os impactos ambientais, referentes ao meio biótico e físico, extraídos do EIA/RIMA:

Tabela 1 – Evidências de Passivos e Contingências Ambientais

Ano	Descrição do Impacto (Meio Físico e Biótico)
2010	<ul style="list-style-type: none"><li>- Modificação do Sistema Natural de Drenagem;</li><li>- Alteração na Paisagem Regional;</li><li>- Indução a Processos Erosivos;</li><li>- Instabilidade de Encostas;</li><li>- Alterações na Vegetação;</li><li>- Aumento de Caça, Coleta de Fauna Silvestre e Atropelamento;</li><li>- Morte de Indivíduos da Avifauna; e</li><li>- Risco de Incêndios Florestais.</li></ul>

Fonte: Relatório de Impactos Ambientais – Cemig 2010

As informações da Tabela 2, apresentada a seguir, foram extraídas das demonstrações financeiras do ano de 2011 da companhia analisada submetidas à CVM, no Brasil.

Tabela 2 - Informações nas Demonstrações Financeiras de Passivos e Contingências Ambientais

Ano	Descrição de evidências de impactos ambientais nas Demonstrações Financeiras
2011	<ul style="list-style-type: none"><li>- A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações envolvendo assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$60.661, dos quais R\$56.152 foram provisionados pela Companhia;</li><li>- Adicionalmente, a Companhia é parte em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.</li></ul>

Fonte: Demonstrações Financeiras – Cemig 2011

Verifica-se que apesar de o EIA/RIMA do projeto destacar que será afetada uma área de 754 e há a necessidade de recuperação de 46 hectares de floresta na área de servidão da linha de

transmissão, de haver riscos de erosão, instabilidade de encostas, necessidade de fiscalizar a caça tendo em vista que o EIA/RIMA descreve a previsibilidade de aumento dessa atividade pelos caçadores, nenhuma dessas informações constam das demonstrações financeiras.

Além disso, não foi possível identificar nas informações financeiras apresentadas pela empresa como esta tratou o EIA/RIMA desse projeto, nem de outros, pois não há associação de nenhuma informação financeira com o que descreve o EIA/RIMA. As informações apresentadas pela empresa limitaram-se a mencionar as ações judiciais relacionadas ao meio ambiente de que a empresa é ré, não se manifestando sobre as informações que possam caracterizar passivos não formalizados como os que podem ser identificados no EIA/RIMA da LT Montes Claros.

## 5. Considerações Finais

Como se pode observar, o objetivo dos relatórios contábil-financeiros é fornecer informações contábil-financeiras relacionadas aos eventos e transações que afetam a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, que sejam úteis a tomada de decisão dos usuários. Por outro lado, o RIMA tem a finalidade de verificar os impactos no meio ambiente e por meio desse proporcionar a discussão com a sociedade se tal projeto é viável do ponto de vista ambiental. Além disso, o RIMA discute as ações que devem ser realizadas pela empresa que vai desenvolver o projeto para mitigar ou sanar os riscos que o projeto apresenta para o meio ambiente.

Com isso verifica-se que há forte associação entre o RIMA e as demonstrações financeiras uma vez que o primeiro sugere que no futuro a empresa deve realizar obras e gastos para satisfazer o que a sociedade apresentou na discussão do RIMA e o segundo tem o dever de evidenciar para os seus usuários os impactos econômicos e financeiros dessas obras no resultado da empresa. Essa obrigação pode ser imposta pela via judicial, como é o que destaca a empresa, ou pela via da responsabilidade ambiental de preservar o meio ambiente amplamente propalado pelas empresas em suas informações socioambientais.

Contudo, apesar dessa associação existir de modo implícito, não foi possível identificá-la no caso estudado. Isso ocorre por que na maioria das vezes, como pode ser observado nesse estudo, as entidades não fazem uso das demonstrações contábeis para apresentar também o seu comprometimento com o meio ambiente, em alguns casos, fazendo isso apenas em seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade. Isso faz com que o usuário das demonstrações financeiras seja obrigado a lançar mão desse relatório para completar as informações financeiras, o que impede a completude dessas tendo em vista a ausência de informações contábeis, como é o caso das perdas contingências que podem estar ocultas nos passivos ambientais que a empresa pode ter incorrido e já destacadas nas informações do RIMA.

## Referências

- ADIDJAJA, E.; MORHARDT, J. E. **The relationship between the reporting of environmental capital expenditure in the 10-K reports and online sustainability reporting of U.S. largest energy and utilities companies.** 2010. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1605329](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1605329)>. Acesso em: 01 ago.2012.
- ANTUNES, C. C. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade.** Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC – Goiânia, 2000.
- BERGAMINI JR., S. Contabilidade e riscos ambientais. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 11, 1999.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- BIERMAN, Harold Jr. Measurement and accounting. **The Accounting Review**, vol. 38, n. 3, p. 501-507, Jul./1963.
- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- Brasil. Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional 2012 – Ano base 2011: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: EPE, 2012. Disponível em: <[https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados\\_Pre\\_BEN\\_2012.pdf](https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2012.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2012
- CLARKSON, P. M.; LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. P. **Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis**, Accounting, Organizations and Society, Vol. 33 Nos 4-5, pp. 303-27. 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003 de 19.08.2004**. Aprova a NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)> Acesso em: 13 jul. 2012.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_25.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. Accounting, Organizations and Society, Vol. 32 Nos 7-8, pp. 639-47. 2007.
- CHO C. H.; FREEDMAN, M.; PATTEN, D. M. **Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories**. Accounting , Auditing & Accountability Journal, Vol. 25 Iss: 3 pp. 486 – 507. 2010.
- DYE, R. A. “**Disclosure of non-proprietary information**”, Journal of Accounting Research, Vol. 23 No. 2, pp. 123-45. 1985.
- FREEDMAN, M.; STAGLIANO A. J. **Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act**. Critical Perspectives on Accounting 19, 466–486. 2008.
- FREITAS, D. P. S. et al. Contabilidade ambiental: um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN. v. 4. n. 1, p. 72 – 88, jan./jun. 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- HUBBARD, D. H. **How to measure anything**: finding the value of “intangibles” in business. John Wiley & Sons Inc. 2007.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Provisions, contingent liabilities and contingent assets - IAS-37. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11 – Balanço e Ecologia. 1996. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- JAY, S.; JONES, C.; SLINN, P.; WOOD, C. Environmental impact assessment: Retrospect and prospect. *Environmental Impact Assessment Review* 27, 287–300. 2007.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, DF: ano 31, n.133, p.69-83, jan/fev.2002.
- RIMA. Relatório de Impactos Ambientais – Cemig. Linha de Transmissão Montes Claros 2010. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/semma/rima-lt-mc-1.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. 2012.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. 1992. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria). Universidade de São Paulo, SP.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIBEIRO A. M. **Evidenciação ambiental: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidenciação ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Florianópolis, SC, 2009a.
- RIBEIRO, C. A.; ROSSATO, M. V.; TRINDADE, L. L. Reconhecimento Contábil e Evidenciação de Eventos Ambientais Segundo a NPA 11 e a NBC T 15: um estudo de caso. In: XII SEMEAD – Empreendedorismo e Inovação, 2009, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: USP, 2009b. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/260.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2012.
- TEIXEIRA, L. G. A. A Contabilidade Ambiental: a busca da eco eficiência. In: XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC, 2009, Goiânia/GO. **Anais...** Goiânia: CFC, 2000.
- THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- TINOCO, J. E. P. **Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. 1984. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo, SP.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.
- UN 2012 - **International Year of Sustainable Energy for All**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/events/sustainableenergyforall/>>. 2011. Acesso em: 01 ago. 2012
- VERRECCHIA, R., “Discretionary disclosure”, *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 5 No. 1, pp. 179-94.1983
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.